



PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES AOS CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS TERRITORIAIS ENTRE PESCADORES/AS ARTESANAIS E MEGAPROJETOS DE DESENVOLVIMENTO: OS CASOS DE SUAPE E COMPERJ

Laura Rougemont¹
Mercedes Solá Pérez²

GT 04: Multidimensionalidade e desenvolvimento do/no território

Resumo

As atuais políticas neodesenvolvimentistas constituem-se em intentos desesperados pela continuação da reprodução do capital. A estratégia que é marcada pela expansão do capital para áreas pouco exploradas economicamente é viabilizada no Brasil pelo PAC, ao qual estão atrelados inúmeros conflitos socioambientais e territoriais nos seus projetos. Propõe-se aqui um recorte focado na análise dos conflitos nos territórios das comunidades pesqueiras frente à instalação/ampliação de dois megaprojetos subvencionados pelo Governo Federal através do PAC, sendo estes: o COMPERJ e o CIPS. Para isso, caracterizamos as comunidades situadas nos territórios em conflito, descrevemos de maneira sucinta as políticas de desenvolvimento - especialmente as relacionadas aos megaprojetos- e identificamos os conflitos que se estabelecem nos territórios das comunidades com os megaprojetos em questão.

Palavras-chave: Pescadores artesanais, Políticas públicas de desenvolvimento, conflitos territoriais, megaprojetos.

Iniciando o tema

As atuais políticas neodesenvolvimentistas constituem-se em intentos desesperados pela continuação da reprodução do capital. Estas políticas se iniciam após a crise financeira que começou em 1998, buscando uma nova reconfiguração do

¹ Mestranda do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR/UFRJ) e bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Integrante da rede CEGeT e do Coletivo ENCONTRA. **E-mail:** lsrougemont@gmail.com

² Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco e bolsista da Fundação de Amparo à Ciência e Tecnologia do estado de Pernambuco – FACEPE. Integrante do Núcleo de Estudos sobre Espaço Agrário, Campesinato e Agroecologia – NEEACA; da rede do Coletivo de Estudos sobre Geografia do Trabalho –CEGeT – e do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pelo Território e pela Terra – ENCONTRA.. **E-mail:** mercedessolap@hotmail.com



desenvolvimento do capital (HARVEY, 2011). São especialmente duas as estratégias contidas nesse modelo de neodesenvolvimento: distribuir auxílios sociais, facilitando o acesso a créditos e exacerbar alguns processos do neoliberalismo, como é o caso dos investimentos em desenvolvimento de megaprojetos, assunto no qual nos deteremos neste trabalho.

Se bem este contexto pode ser identificado em vários países, o foco será no Brasil. Na estratégia de distribuição de auxílios sociais, um dos principais programas no país que caracteriza a lógica assistencialista e de transferência de renda é o Programa Bolsa Família. Este auxílio atende 16 milhões de pessoas cuja renda familiar *per capita* é menor do que R\$70,00 por mês (BRASIL, 2012). Aliados aos auxílios sociais, os créditos funcionam como modalidade para diminuir os índices de miséria social, incentivar o consumo e movimentar o mercado. Trata-se especialmente de créditos promovidos desde o Estado, através, por exemplo, do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF, atualmente estendido para os pescadores. Desta maneira, é neste tipo de política de distribuição de renda que o Estado - com maior ênfase a partir do governo Lula, em 2003, continuando no mandato da presidente Dilma Rousseff - busca integrar as populações tradicionais, tais como os pescadores artesanais, provocando certo reducionismo das suas demandas.

Na outra estratégia do neodesenvolvimento, marcada pelo contexto de expansão do capital para áreas pouco exploradas economicamente, se cria o Programa de Aceleração do Crescimento – o PAC. As justificativas da implantação do PAC são pautadas no crescimento econômico, no aumento do número de empregos e outras aparentes vantagens; mas é ao PAC que está atrelado o aumento dos conflitos socioambientais e territoriais nas comunidades atingidas pelos seus projetos, tanto em fase de construção quanto em fase de operação.

Neste caso, a partir deste panorama, propõe-se um recorte focado na análise dos conflitos nos territórios das comunidades pesqueiras frente à instalação e à ampliação de dois megaprojetos subvencionados pelo Governo Federal através do PAC, cuja maior parcela de investimentos provém do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), sendo estes: o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro – COMPERJ, no município de Itaboraí (Região Metropolitana do Rio de



Janeiro) – e o Complexo Industrial Portuário – SUAPE (CIPS), nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (litoral sul de Pernambuco).

Para isso, procede-se a uma análise bibliográfica, de noticiários e documentos, bem como observações iniciais e participação em alguns espaços públicos onde a discussão da temática está vigente (assembleias, reuniões, atos), pois as pesquisas que aqui se delineiam se encontram em estágio inicial. Já nesta análise dos conflitos é possível identificar que as comunidades pesqueiras, embora não únicas, são uma das principais afetadas diante destes megaprojetos em desenvolvimento.

Metodologicamente, partimos da realidade das comunidades, privilegiando os sujeitos envolvidos nos conflitos, para em seguida, observarmos as influências externas aos seus territórios através das políticas que, imbricadas nesta realidade, produzem um movimento dialético, contraditório e conflituoso, onde se embatem diferentes racionalidades. Para isso, caracterizamos as comunidades situadas nos territórios em conflito, descrevemos de maneira sucinta as políticas de desenvolvimento - especialmente as relacionadas aos megaprojetos- e identificamos os conflitos que se estabelecem nos territórios das comunidades com os megaprojetos em questão.

Pescadores artesanais no COMPERJ e em SUAPE

Historicamente, na constituição dos territórios das comunidades pesqueiras, identifica-se uma lógica diferenciada de “ser-fazer-reproduzir” a vida. Os pescadores artesanais têm uma noção própria sobre o trabalho que está intrinsecamente relacionada com a cultura (SILVA, 2004), numa relação metabólica com a natureza. É uma relação que nem sempre se refere unicamente ao trabalho e artes de pesca, mas a uma lógica combinada de caça, pesca e agricultura. Por isso, os territórios das comunidades pesqueiras são delimitados entre a água e a terra. Na água (rio, mar ou mangue), eles desempenham a atividade da extração do pescado, enquanto na terra têm suas moradias, os espaços de beneficiamento do pescado para venda e espaços para alimentação (CARDOSO, 2009), mas também seus cultivos como mandioca, feijão, frutais, etc. Neste sentido, são comunidades que têm uma lógica de vida diferente daquela do modelo capitalista (CECEÑA, 2010; ESCOBAR, 2000).



Apesar de o COMPERJ esteja sendo construído nos limites da zona rural do município de Itaboraí (RJ), os pescadores artesanais que serão afetados pelos impactos do projeto pertencem a sete municípios que estão na Baía de Guanabara: Magé, Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Itaboraí, São Gonçalo, Niterói e Guapimirim. Antes do ano 2000, os pescadores artesanais ocupavam 78% do espelho d'água na Baía; hoje, ocupam apenas 12%. Até este mesmo ano, havia aproximadamente entre 22 a 23 mil famílias vivendo da pesca direta ou indiretamente, pertencentes a 5 colônias (Z8 [Niterói e São Gonçalo], Z9 [Magé], Z10 [Ilha do Governador], Z11 [Ramos] e a antiga Z15 [Caju]) número que se reduz atualmente a 6 a 9 mil famílias. Capturavam-se, à época, 400 quilos de pescado por dia, enquanto o que se captura agora, com redes do mesmo comprimento e nos mesmos locais de pesca, 20 quilos, o que configura uma queda superior a 80% do índice de captura do pescado. Os dados são do presidente da Associação dos Homens e Mulheres do Mar, Alexandre Anderson (2012), em entrevista concedida à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio da Fiocruz. A AHOMAR, fundada em 2003 e sediada na praia Mauá, no município de Magé, é representativa de aproximadamente 1870 pescadores distribuídos por estes municípios.

No caso de SUAPE, localizado entre os municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no litoral sul da zona mata pernambucana, é necessário considerar a organização espacial que se constitui em torno dos engenhos do monocultivo da cana-de-açúcar para compreender a dinâmica das comunidades. Historicamente (desde a época colonial) configura-se uma espacialidade em torno desta atividade produtiva predominante que consiste na submissão dos outrora escravos à condição de moradores dos engenhos. Isto permitiu aos moradores dos engenhos o relativo acesso à terra, especialmente após a “lei de sítio”, que permitia a existência de roçados ao redor das casas e, que, ao mesmo tempo, mantinha seus trabalhos na cana-de-açúcar (DABAT, 2007). Este histórico implica considerar que os moradores locais não são exclusivamente pescadores, mas que têm entre suas atividades produtivas o cultivo de frutais, macaxeira, feijão e também da cana-de-açúcar, dentre outros produtos.

No atual território de SUAPE há vinte e sete engenhos, com famílias que vivem nos seus territórios desde aproximadamente a década de 1960. Na década de 1970, houve alguns processos de registro de terras pelo Instituto Nacional de



Colonização e Reforma Agrária - INCRA – como é o caso dos moradores do Engenho Tiriri. Mas, no final da década, especificamente em 1979, começa a ser instalado o Complexo Industrial Portuário SUAPE e, com ele, iniciam-se as expropriações e os conflitos ambientais (SILVEIRA, 2010). Especialmente referindo-nos aos conflitos ambientais, as comunidades de pescadores identificadas como majoritariamente prejudicadas são as localizadas entre Barra de Jangada e o próprio porto³. Vale dizer que SUAPE está instalado numa área de mangue, banhada pelos rios Massangana, Tatuoca, Ipojuca e Merepe (BRAGA et. al., 1989), o que significa dizer que antes de ser uma área vantajosa para a construção de um porto, os moradores dos engenhos próximos ao mangue têm o hábito de pescar como parte fundamental de suas atividades de reprodução da vida.

Megaprojetos e as políticas de desenvolvimento

Muitos destes megaprojetos podem ser entendidos como produto de um ideal unívoco a respeito do significado e da prática do desenvolvimento, o qual vem sendo propagado, conforme afirma Esteva (2000), desde 1950, quando do discurso do presidente dos EUA, Harry Truman. Neste discurso Truman determinou a classificação do mundo em duas categorias: os países desenvolvidos e os subdesenvolvidos. A partir daquele momento, se estabelece um só “caminho” ao desenvolvimento, cuja via de alcance está fundamentada no crescimento econômico e no progresso histórico linear. Este caminho vem, desde então, sendo difundido como único possível e desejável a todos os países e, isto tudo, por determinação daqueles que já são “os desenvolvidos”.

É nesta visão de competitividade entre as nações e de “corrida” pelo progresso que se fundamentam as políticas públicas de desenvolvimento nos países subdesenvolvidos, respaldadas internacionalmente por organismos de controle, como o FMI, o BM, o BID e especialmente a Organização das Nações Unidas e suas secretarias (LATOUCHE, 2007; ESTEVA, 2000). Ela permeia, conseqüentemente, as políticas implantadas pelo Governo Federal, a exemplo do PAC. O imaginário de desenvolvimento e os órgãos internacionais de controle têm o papel de estabelecer as diretrizes seguidas pelo Estado nacional. É neste sentido que se impõem políticas

³ Estes dados foram fornecidos por um integrante da Comissão Pastoral dos Pescadores.



públicas nacionais que permitem a reprodução sócio-metabólica do capital (MÉSZÁROS, 2011), perpetuando, paralelamente, a colonialidade do poder (QUIJANO, 2005).

A respeito do Banco Mundial, em especial a partir dos anos 70, durante a gestão McNamara, inaugura-se uma nova etapa na luta contra a “pobreza” e o “subdesenvolvimento”, de forma a justificar a atuação do Banco nos países do Terceiro Mundo. Consolidam-se missões desenvolvimentistas no intuito de se equipararem as condições entre aqueles países e os do Primeiro Mundo, configurando-se forças exógenas em tais intervenções. No entanto, conforme aponta Stavenhagen (1984 *apud* Salviani, 2002), uma das alternativas para esta imposição seria o aproveitamento das potencialidades endógenas dos países, focalizando em necessidades específicas, a partir do aproveitamento de recursos locais dos mais diversos níveis – sejam técnicos, naturais, humanos, culturais – não como obstáculos, mas como auxiliares no processo.

Para uma sutil compreensão da lógica e das formas de atuação do Banco Mundial em relação às comunidades tradicionais, pode-se ter como referência o trabalho de Roberto Salviani (2002) que trata da participação de povos indígenas no Brasil em projetos do Banco Mundial. Embora Salviani (2002) foque especificamente nos povos indígenas, algumas características podem ser facilmente transplantadas para outros povos, os quais são igualmente confrontados com projetos elaborados e financiados pelo Banco. Ele afirma que, no âmbito dos seus programas, o BM tem adotado uma postura integracionista, procurando inserir as populações tradicionais na sua lógica, de modo que haja a apropriação do discurso do banco por parte delas. Para isso, há um esforço em fornecer “capacidades” para que estes povos possam gerir processos de mudança social e de crescimento econômico “sustentável”, negando suas capacidades organizativas próprias.

Se tomamos este tipo de raciocínio como guia das ações empreendidas em anos recentes pelo Banco, podemos avançar a hipótese de que os esforços pela capacitação têm como efeito fornecer a alguns indivíduos os meios necessários para que adquiram papéis de liderança no interior dos grupos na medida em que os mesmos indivíduos vêm a compartilhar uma visão de desenvolvimento que se afasta dos possíveis modelos endógenos para assumir contornos parecidos com a moderna noção do mesmo, em que ‘produção’ e



integração aos circuitos econômicos jogam o papel principal. (SALVIANI, 2002, pp. 58 e 59)

No Brasil, em conformidade com as linhas de gestão oriundas do Banco Mundial, um dos órgãos responsáveis pela reprodução de modelos semelhantes é o BNDES. É ele um dos principais financiadores das obras contidas no PAC, inclusive dos dois megaprojetos aqui abordados. O BNDES surge em 1952, quando ainda era denominado “Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico”; é só em 1982 que ganha o “S”, de Social. Foi este o banco que geriu o mercado interno durante o nacional-desenvolvimentismo e o período de substituição das importações (1930-1990), com valorização da economia nacional e estatal, processo que sofreu uma “regressão” a partir de 1990, quando se acentuou o neoliberalismo (GARZON, 2010).

Todavia, como aponta Garzon (2010), é no início do governo Lula (2003) que o BNDES adota, em definitivo, a perspectiva de “integração competitiva”, concentrando e centralizando os capitais despatriados no país, convertendo-se em empresa comercial. Ele se torna o principal financiador das obras do PAC e da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana), cumprindo um papel que era anteriormente executado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na América Latina. No entanto, Garzon (2010) denuncia que, respaldado a partir de um conceito de financiamento intitulado “*project finances*”, o objetivo do Banco é antes a performance do que a viabilidade dos projetos, de forma que as possíveis externalidades positivas para o desenvolvimento econômico do país – como enfatizado nos discursos que buscam a credibilidade dos megaprojetos - são apenas “efeitos colaterais desejáveis”, ou seja, são assessórios dentro dos objetivos principais.

Ao fazer opção preferencial por empreendimentos e iniciativas de grande escala, o Banco despolitiza a economia e apequena em escala proporcional a tangibilidade de qualquer outro futuro desejável. Não é possível que o banco reproduza pré-noções para o país inteiro, que utiliza de forma absoluta critérios de retorno financeiro e de aumento de competitividade setorial em sua política de financiamento (GARZON, 2010, p.79).

É sobre esta perspectiva - na qual se evoca um viés otimista quanto aos benefícios do crescimento econômico - que estão ancorados estes projetos, cujas



materializações dependem especialmente dos financiamentos propostos pelo BNDES. As finalidades de tais projetos se esboçam num único cenário: o lucro das partes interessadas e o retorno financeiro dos empreendimentos, em detrimento de uma proposta de desenvolvimento que priorize efetivamente aqueles que são afetados direta e indiretamente pelas intervenções do Estado.

Na prática, as políticas de desenvolvimento têm como público-alvo os donos de grandes empresas, indústrias e empreendimentos o que implica praticamente como condição perversa o prejuízo aos segmentos da sociedade que, de alguma maneira, estão inseridos nestas políticas (ACHKAR; DOMINGUEZ, 2006). É o caso dos pescadores artesanais, que, em ambos os processos, vêm sendo prejudicados ao longo dos processos analisados.

A partir dos dois casos, podem-se listar as empresas beneficiadas com a execução destas obras pelo Governo Federal: no Rio de Janeiro é a Petrobrás, que se constitui, no Complexo Petroquímico, por seis sociedades anônimas: COMPERJ Participações S.A., COMPERJ Petroquímicos Básicos S.A., COMPERJ PET S.A., COMPERJ Estirênicos S.A., COMPERJ MEG S.A. e COMPERJ Poliolefinas S.A., bem como outras empresas da chamada “terceira geração” que serão atraídas a se instalar na região; enquanto que no estado de Pernambuco podem-se enumerar mais de cem empresas instaladas em SUAPE e beneficiadas por este empreendimento, sendo algumas delas: Petrobrás (também em SUAPE), Bunge, Coca-cola, Refinaria Abreu e Lima, Petroquímica Suape, Terminal de Contêineres, Unilever, todas elas servindo-se dos Programas do Estado.

Pescadores e pescadoras artesanais e os megaprojetos em seus territórios

O COMPERJ, por meio da Petrobrás, iniciou suas obras em março de 2008 com um auxílio do PAC2 (2011-2014) de R\$17.779.900.000,00. A previsão de começo das atividades de operação é para 2015 e se estima que após este ano, o PAC2 proverá R\$1.447.200.000,00. Numa área cuja extensão é de 45 milhões de metros quadrados, pretende-se processar 8% da produção nacional de petróleo, gerando 165 mil barris por dia, buscando transformar o país no maior exportador líquido de petroquímicos. O Complexo terá indústrias de 1ª e 2ª geração de petroquímicos. Já as empresas de 3ª



geração serão atraídas para seus arredores, com o objetivo de transformar as resinas derivadas do petróleo em bens de consumo, como plásticos, peças para automóveis e eletrodomésticos (COMPERJ, 2012). É diante da magnitude deste projeto que a AHOMAR vem, desde o início da sua construção, fazendo denúncias contra as violações de direitos humanos e crimes (MANIFESTO DE REPÚDIO..., 2012).

Os pescadores da Baía de Guanabara atualmente vivem sob a ameaça do COMPERJ, mas são eles mesmos que, há 50 anos, disputam seus territórios com a Refinaria de Duque de Caxias (Reduc), também pertencente a estatal Petrobrás. O episódio que se configurou efetivamente como um “divisor de águas” para a pesca artesanal na Baía de Guanabara foi um dos maiores vazamentos de óleo da história do país, em janeiro de 2000, quando houve o rompimento de um oleoduto da Reduc, despejando 1,3 milhões de litros de combustível, que se alastrou por 50 quilômetros quadrados e atingiu 54 praias e mangues, impedindo a pesca durante 30 dias (ESCOSTEGUY et.al., 2012; DHESCA BRASIL, 2012). Desde então, os pescadores foram substancialmente prejudicados em relação à pesca, que teve perdas tanto na qualidade quanto na quantidade.

Desta forma, o COMPERJ, ainda em fase de instalação, vem se configurando como uma nova ameaça à atividade, já que sua construção implica, além dos riscos socioambientais decorrentes da instalação de um megaprojeto deste porte, a configuração de áreas de exclusão dos territórios de pesca artesanal, ocasionadas pela presença de dutos, plataformas e outras estruturas no fundo da Baía de Guanabara. Inclusive, já foi elaborado pelos próprios integrantes da AHOMAR um mapa que localiza as áreas onde a pesca já é impraticável (GIFFONI PINTO; TORRES, 2011).

O Complexo Industrial Portuário SUAPE começou a sua instalação na década de 1970. Antes, no governo de Cid Sampaio (1958-1962) houve a instalação de um polo industrial no município de Cabo de Santo Agostinho (ANDRADE, 1981); por isso o interesse de instalar toda a infraestrutura do Complexo Industrial Portuário de SUAPE nessa região, que já estava relativamente preparada. O Plano Diretor data de 1973, época do começo do projeto, mas as obras começaram efetivamente em 1977, quando da expropriação de 13500 ha de terras dos moradores.



Em 1978, se cria através da Lei Estadual N° 7763, a empresa “SUAPE – Complexo Industrial Portuário”. Em 1983, a Petrobrás instalou quatro tanques de armazenamento de álcool no porto, e se constituiu como a primeira empresa a operar em SUAPE. As operações se iniciaram em 1984 com a exportação de granéis líquidos (álcool). Em 1986, por causa do incêndio de um navio de combustível no Porto de Recife, as empresas de derivados de petróleo como a BR Distribuidora, Texaco, Esso e Shell se transferiram para SUAPE. Em 1991, depois de terminada a construção do cais de usos múltiplos, se iniciou a circulação de produtos através de contêineres. Em 2001, a empresa Tecon Suape se instala nos cais 2 e 3 do porto interno e, por fim, em 2005 começa a construção da Refinaria General José Ignácio Abreu e Lima. Atualmente, SUAPE tem mais de cem empresas e outras trinta e cinco em fase de instalação (PERNAMBUCO, 2012).

A infraestrutura é formada por cinco cais internos, três terminais externos e um píer petroleiro, com dois terminais de atracação ainda em construção. Os cais são divididos em porto externo e porto interno, escoando granéis líquidos e contêineres, respectivamente (MEDEIROS, 2005). Desde 2007 o Complexo vem sendo ampliado pelos incentivos do PAC1, de R\$1,4 bilhão e R\$300 milhões do PAC2. Além de toda esta estrutura, atualmente está sendo construída em parte das áreas de SUAPE (ou do Engenho Tiriri), a Ferrovia Transnordestina⁴ que também recebe R\$5,4 bilhões do PAC.

No contexto de neoliberalismo os portos criam uma estrutura tipo *hub port*, que implica numa estratégia de ser um *hinterland* no qual se vinculam empresas externas no território, fazendo com que a logística empresarial seja externa e normatizada por padrões globais (MACHADO et al., 2009). Este procedimento é normatizado pela Lei N° 8630 de modernização portuária, de 1993. Isso implica nas dimensões destes megaprojetos, que não se reduzem a portos, mas a complexos industriais portuários e de participação público-privada. Esta lógica se mantém no neodesenvolvimento, como se pode identificar na instalação do COMPERJ, visto que o escoamento dos produtos já está sendo negociado com os Terminais de Ponta Negra em Maricá (PORTAL, 2012; RIO, 2012).

⁴ A Ferrovia Transnordestina está sendo construída para ligar o município de Eliseu Martins, no Piauí, com o porto de Pecém (CE) e o Porto de Suape (PE). Isso significa que atravessa todo o estado de Pernambuco, passando pelo estado de Piauí no sentido leste-oeste e, desde Salgueiro (PE), continua no sentido norte-sul, cortando todo o estado de Ceará até o porto de Pecém (BRASIL, 2012).

Aproximação aos conflitos por megaprojetos nos territórios de vida dos pescadores e pescadoras artesanais

Os incentivos fiscais; a fragilidade na aplicação da legislação ambiental ou o seu proposital descumprimento; a ausência de fiscalização ambiental, somada às pressões exercidas sobre os funcionários dos órgãos ambientais responsáveis pela emissão de licenças para as obras; a construção de uma rede de infraestruturas entre os projetos e, especialmente, o apoio financeiro do PAC e político dos governos atuais, dão respaldo a estas grandes obras. Isso faz com que a construção/ampliação de megaprojetos como COMPERJ e SUAPE seja altamente lucrativa e vantajosa para alguns setores beneficiados que estão envolvidos nas suas concepções.

De modo geral, pode-se dizer que a expropriação dos territórios das comunidades - explícita ou implicitamente - é o principal conflito que preocupa aos pescadores e pescadoras artesanais tanto do litoral sul de Pernambuco como da Baía de Guanabara, no Rio de Janeiro. As comunidades pesqueiras se veem expropriadas dos seus territórios e literalmente violentadas e criminalizadas por se manifestarem contra esses megaprojetos que avassalam suas formas de vida e de trabalho, ao mesmo tempo em que são vítimas da injustiça ambiental e das múltiplas formas de contaminação que vêm embutidas nas lógicas de produção e de funcionamento destes complexos - como a conseqüentemente proliferação de doenças ou a escassez de recursos pesqueiros, por exemplo.

Como já apontado, as ameaças ao trabalho e modo de vida dos pescadores artesanais da Baía de Guanabara se deram mais fortemente a partir do vazamento de óleo em 2000, acidente do qual a Petrobrás se eximiu dos impactos provocados e, até hoje, não indenizou os pescadores que tiveram prejudicadas e, inclusive, interrompidas suas atividades produtivas.

Além dos diversos impactos do acidente citado, desde 2009 os pescadores artesanais, por não aceitarem passivamente a invasão dos seus territórios de pesca por dutos e megaprojetos, vêm sendo constantemente ameaçados e também mortos. Naquele ano, o protesto dos pescadores da AHOMAR contra a instalação de dois dutos, um de GNL (Gás Natural Liquefeito) e GLP (Gás liquefeito de petróleo), deixou o saldo de



dois pescadores assinados – Paulo Santos, ex-tesoureiro da AHOMAR e Márcio Amaro, integrante da Associação – em suas casas, frente à família. Embora ainda não apurado, um relatório do Ministério Público Federal aponta que os crimes tenham sido encomendados pela concessionária responsável pela instalação dos dutos. Desde então, o presidente da AHOMAR, Alexandre Anderson, tem escolta policial 24h por dia, pois foi integrado ao Programa Estadual de Proteção aos Defensores de Direitos Humanos (MANIFESTO DE REPÚDIO..., 2012).

Em junho de 2012, coincidentemente alguns dias após a apresentação do conflito da instalação do megaprojeto COMPERJ durante a Cúpula dos Povos – evento paralelo à Rio+20 -, outros dois pescadores integrantes da AHOMAR, Almir Nogueira e João Penetra (Pituca) desapareceram ao saírem para pescar. Foram encontrados mortos, dias depois, na Praia São Lourenço (Magé) e Praia da Luz (São Gonçalo), respectivamente: um deles estava preso ao seu barco submerso, o outro, amarrado em posição fetal, afogado na praia. Tais tragédias não se configuram, portanto, em casos isolados e desconexos entre si, mas em reflexos das consequências desastrosas que as parcerias público-privadas que mobilizam a instalação do maior Complexo Petroquímico da América Latina têm gerado.

Repudiando estas ações, uma série de organizações e pessoas civis assinou um “Manifesto de Repúdio pelo Assassinato dos Pescadores da AHOMAR”⁵, denunciando a violência que vem acometendo os pescadores e exigindo iniciativas do governo estadual, federal e da própria Petrobrás para o caso. Ainda, vinculado aos conflitos especialmente ambientais, identificamos, de acordo com Breno Herrera (2012) – chefe da APA Guapimirim –, que o processo de execução das obras do COMPERJ não tem viabilidade na área de Itaboraí, por estar cercada de unidades de conservação: Parque Nacional da Serra dos Órgãos, Parque Estadual dos Três Picos, APA Guapimirim e Estação Ecológica Guanabara, que são “as últimas manchas de mangue bem conservadas da Baía de Guanabara” (HERRERA, 2012). Também há pressões para emissão de licenciamentos ambientais, sob a ameaça de perda de cargos⁶ e a

⁵ Disponível em: <http://www.abrasco.org.br/UserFiles/Image/_MANIFESTO_APOIO_AHOMAR-Vers%C3%A3o.pdf>

⁶ Breno Herrera teria recebido exoneração do cargo pela Ministra Izabella Teixeira em virtude de manter posicionamento contrário à implementação do empreendimento nos moldes propostos pela empresa



fragmentação dos licenciamentos, estratégia que serve para ludibriar a dimensão dos impactos e o caráter cumulativo dos mesmos.

Na instalação de SUAPE identifica-se um processo de urbanização acelerado e não planejado nas cidades de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (MACHADO et al., 2009; SILVEIRA, 2010). Um exemplo das consequências da urbanização é a instalação de uma Estação de Tratamento de Esgoto na praia de Gaibu, que está expulsando as comunidades pesqueiras das proximidades (SILVEIRA, 2010).

As expropriações que, como já mencionado, ocorrem desde o início da instalação de SUAPE, com a aceleração do crescimento gerada pelos incentivos do PAC, vêm sendo intensificadas. Um exemplo disso é o caso dos moradores dos Engenhos Algodois e Tiriri que, desde maio, estão sendo desalojados por conta da construção da Ferrovia Transnordestina dentro de SUAPE. Acontece que as terras tinham sido outorgadas pelo INCRA à cooperativa do engenho, em 1980, para serem divididas em 10 ha para cada morador; mas dois dias após o decreto, a cooperativa vendeu ilegalmente essas terras à SUAPE, apesar de que no documento constar uma condição resolutive indicando que as terras só poderiam ser utilizadas para o fim de reforma agrária.

No caso do Engenho Tatuoca, que se encontra no coração de SUAPE - e por esta razão os seus moradores devem passar por duas guaritas com seguranças para chegarem às suas casas – as 53 famílias que moram há mais de 200 anos na comunidade, estão sendo reterritorializadas para uma área distante da Ilha de Tatuoca, longe do mangue e do Complexo de SUAPE. No Engenho Mercês, as 480 famílias estão sendo implicitamente expropriadas, em parte diante da pressão da instalação das indústrias petroquímicas e, de outro lado, devido às restrições que SUAPE impõe aos moradores sobre manterem áreas de roçado (SILVEIRA, 2010).

A instalação de SUAPE provoca também fortes consequências socioambientais: contaminação sonora, atmosférica, hídrica; diminuição do mangue e, assim, desequilíbrio na cadeia trófica; despejo de resíduos sólidos, etc. (BRAGA et al., 1989; CAVALCANTI, 2008). Uma evidência destes impactos é a denúncia dos pescadores da praia de Gaibu, correspondente à colônia Z8, sobre as dragagens no

(ASIBAMA NACIONAL, 2012). Esta decisão foi recuada pela direção do ICMBio após mobilização do Conselho Gestor da APA Guapimirim – do qual participa ativamente a AHOMAR.



porto, que fazem com que haja grandes modificações na dinâmica marinha e escassez da pesca.

Algumas considerações

Esta pesquisa que iniciamos é um esforço de análise dos conflitos nos territórios de comunidades pesqueiras frente à instalação do COMPERJ e à ampliação de SUAPE. O panorama nos permite identificar que as políticas de desenvolvimento de megaprojetos, incentivadas pelo Programa de Aceleração do Crescimento através do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, vêm trazendo consequências nefastas e irreversíveis às comunidades locais, especificamente as de pescadores. Isto nos permite confirmar, mais uma vez, que o papel do Estado está longe de beneficiar a sociedade brasileira e promove a reprodução do capital, implicando no enriquecimento das empresas capitalistas –especialmente multinacionais – e intensificando a acumulação por espoliação (HARVEY, 2005) através do modelo agroexportador brasileiro.

São megaprojetos que estão inseridos num contexto de reorganização do capital a partir da integração de infraestruturas de transporte, de energia e complexos industriais, representados no Brasil pelo PAC e na América Latina pela IIRSA. Tanto no caso do COMPERJ como no caso de SUAPE identifica-se uma rede de infraestruturas e serviços que o Estado viabiliza para possibilitar o aumento dos lucros aos capitais privados. Este modelo imprime no espaço as suas três facetas: ampliação da dependência externa, desigualdade social e degradação do meio ambiente; seus beneficiários, no entanto, continuam sendo os representantes do grande capital, sob a forma de empreiteiras, multinacionais e do próprio Estado. A Petrobrás, embora ainda constituída majoritariamente de capital estatal, beneficia também o capital privado, reproduzindo, de uma forma ou de outra, o capital.

No COMPERJ e no Rio de Janeiro, observa-se *a priori* que o governo federal, em parceria com o estadual e por meio da maior estatal brasileira do setor, a Petrobrás, impulsionado ainda pela descoberta da camada Pré-Sal, tem incentivado e investido intensamente na ampliação da extração, produção e beneficiamento de petróleo à custa do desrespeito às populações pesqueiras. Estas populações se veem



constantemente ameaçadas e criminalizadas, bem como impedidas da prática da pesca artesanal na Baía de Guanabara. A displicência do governo estadual com relação às medidas cabíveis na apuração dos crimes na Baía demonstra a total complacência com o desrespeito aos pescadores, aliando práticas criminosas com um desenvolvimento “às avessas”.

Na zona da mata pernambucana constatamos que desde o período colonial há uma permanente interferência do capital através do monocultivo da cana-de-açúcar. Atualmente, os moradores de SUAPE vivem entre a cana-de-açúcar e as obras intermináveis do Complexo Industrial Portuário. Desde a instalação do megaprojeto SUAPE ocorre um violento processo de expropriação de territórios de vida de pescadores artesanais e comunidades locais sob a insígnia do desenvolvimento. Comandada pelo estado de Pernambuco e pelo estado brasileiro, esta expropriação enriquece a mais de cem empresas, em sua maioria multinacionais, mas também a própria Petrobrás, tão mencionada no caso do COMPERJ, provocando conflitos nestes territórios.

É este o preço que se paga pelo desenvolvimento? Será que os megaprojetos – entendidos como uma das faces do desenvolvimento – simbolizam a redenção fluminense e pernambucana? Ou, ao contrário, são as ganâncias e o domínio econômico de empresários que dão ao Estado o papel de enriquecê-los? Certamente os pescadores, sendo dizimados e expropriados de seus meios de reprodução da vida, não se sentem inseridos nesse almejado desenvolvimento. Esse desenvolvimento que retira o envolvimento das comunidades, que nega a reprodução da vida e permite a reprodução do capital (PORTO-GONÇALVES, 2006).

Por outro lado, evidencia-se a convergência da luta ambiental com a luta social, na qual os movimentos sociais como a AHOMAR resistem no intuito de manter suas formas de vida e de trabalho, que estão essencialmente ligadas com a manutenção da Baía de Guanabara. Como é frequentemente apontado na fala dos pescadores, o pescador faz parte do meio ambiente, ele sente o ambiente como parte dele; tem, por isso, uma relação direta com a natureza. Para eles, quando a Baía de Guanabara morre, o pescador morre junto com ela. Igualmente, hoje em SUAPE, apesar das pressões permanentes e históricas, as comunidades também resistem a sair e submeter-se a viver



nas favelas que o Complexo gerou nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. Mesmo que em muitas ocasiões os moradores se empreguem nas mesmas empresas que os desterritorializam, resistem à expropriação. Unem-se à luta, seja nas associações de moradores, na parceria com o Movimento Ecosocialista de Pernambuco, ou até mesmo através de apoios voluntários de profissionais que promovem a defesa contra as expropriações – como é o caso de uma advogada que atua na região.

Esta análise se realiza numa síntese singular-universal-particular, pretendendo a “conjuminação da universalidade e da singularidade no objeto [que] leva à particularidade, entendida como a síntese dialética do universal e do singular” (MOREIRA, 2004, p. 31). A mesma nos permite identificar o contexto de políticas e conflitos que acontecem na relação interescalar. As políticas de “cima para baixo” que se manifestam local e territorialmente em conflitos de maneira particular, respondendo às ações dos sujeitos que se inserem e resistem de “baixo para cima”.

Referências bibliográficas

ACHKAR, Marcel; DOMINGUEZ, Ana (coord.) **(IIRSA) Integración de Infraestructura Regional Sudamericana**: otro paso en la explotación de los pueblos y los territorios sudamericanos. Programa Uruguay Sustentable, Redes – Amigos de la tierra Uruguay, 2006.

ANDERSON, A. Resistência dos pescadores da baía de Guanabara. EPSJV Fiocruz, 2012. Entrevista concedida a Maíra Mathias, Raquel Júnia e Viviane Tavares. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=41>>. Data de acesso: 19 de setembro de 2012.

ANDRADE, Manuel Correia de. **Capital, Estado e industrialização do nordeste**. Rio de Janeiro, 1981.

ASIBAMA NACIONAL. **Pela luta contra os impactos socioambientais da TKCSA e do COMPERJ**. Rio de Janeiro, 2012, 1p. (Texto digitado)

ASIBAMA RJ. **COMPERJ: A Morte da Pesca Artesanal na Baía de Guanabara**. Rio de Janeiro, 2012. 3f. (Texto digitado)



ASIMABA NACIONAL. **Manifesto contra as pressões sofridas pelos servidores da Área de Proteção Ambiental (APA) de Guapimirim.** Brasília, 2012, 1p. (Texto digitado).

BRAGA, R. A. P.; MOURA, H. F.; DUARTE, M. T. Impactos ambientais sobre a estrutura do manguezal de Suape. **Projeto Avaliação de Impactos Ambientais em Zonas Estuarinas de Pernambuco.** Recife: UFPE, 1989. BRASIL – Programa de Aceleração do Crescimento. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/obra/1440>> Acesso em 28 jul. 2012.

BRASIL – Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza. Disponível em: <www.mds.gov.br/bolsafamilia> Acesso em 10 set. 2012.

BRASIL – PAC 2, Ministério de Planejamento. Disponível em: < <http://www.pac.gov.br/obra/1845>> Acesso em 10 set. 2012

CARDOSO, E. S. Trabalho e Pesca - Apontamentos para a investigação. Revista **Pegada** Eletrônica (Online), v. 10, p. 1-14, 2009.

CAVALCANTI, Clóvis. Desenvolvimento e meio ambiente: o conflito do Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco. Anais IV Encontro ANPPAS, 2008.

CECEÑA, Ana Esther. Dominar la naturaleza o Vivir Bien: disyuntiva sistêmica. In: 3ª Conferencia sobre la crisis de la sociedad capitalista y los caminos que se ensayan para su superación. 2010. Disponível em: <geopolitica.ws> Acesso em 18 dez. 2010.

COMBATE ao Racismo Ambiental. Crime inaceitável: MMA cede à Petrobras e decide exonerar chefe da APA de Guapimirim. 3 de abril de 2012. Disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2012/04/crime-inaceitavel-mma-cede-a-petrobras-e-decide-exonerar-chefe-da-apa-de-guapimirim/>> Acesso em 9 abr. 2012.

COMPERJ – Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.comperj.com.br/Apresentacao.aspx>> Acesso em 20 jul. 2012.

DABAT, Christine Rufino. **Moradores de engenho:** relações de trabalho e condições de vida dos trabalhadores rurais na zona canavieira de Pernambuco segundo a literatura, a academia e os próprios atores sociais. Recife: UFPE, 2007.

DHESCA BRASIL. **Relatoria do direito humano ao meio ambiente.** Rio de Janeiro, 2012, 5f. (Texto digitado)

ESCOBAR, Arturo. El lugar de la naturaleza y la naturaleza del lugar: ¿globalización o postdesarrollo? In LANDER, Edgardo. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas. Buenos Aires: CLACSO, Julho de 2000. Disponível em: <<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/escobar.rtf>> Acesso em abr. 2010.



ESCOSTEGUY, D; ROCHA, M.; RAMOS, M.; LOYOLA, L. Polícia Federal acusa Petrobras de poluir o oceano. 2012. Disponível em: <<http://revistaepoca.globo.com/Brasil/noticia/2012/09/policia-federal-acusa-petrobras-de-poluir-o-oceano.html>>. Acesso em: 12 de setembro de 2012.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. IN: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do desenvolvimento**: Guia para o conhecimento como poder. Petrópolis: Vozes, 2000.

FORUM Comunitário do porto. Disponível em: <<http://forumcomunitariodoporto.wordpress.com/tag/comperj/>> Acesso em 10 abr. 2012.

GARZON, L. F. N. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, Alfredo Wagner de; ZHOURI, Andrea; BRANDÃO, Carlos; ACSELRAD, Henri (et al.). (Org.). **Capitalismo globalizado e recursos territoriais**. Capitalismo globalizado e recursos territoriais. 1ª ed. Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 2010, p. 71-101.

GAZETA. Petrobrás vai abrir o COMPERJ. Disponível em: <<http://gazetapaugrandense.blogspot.com.br/2012/07/petrobras-vai-abrir-o-comperj-ao.html>> Acesso em 13 jul. 2012.

GIFFONI PINTO, R; TORRES, P. H. C. . "Baía da Petrobrás": Conflito Ambiental na Baía de Guanabara (RJ) no limiar do século XXI. In: Anais do XIV Encontro Nacional da ANPUR, 2011, Rio de Janeiro.

HARVEY, David. **O enigma do capital**: e as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HARVEY, David. **O Novo Imperialismo**. 2. ed. São Paulo: Loyola, 2005.

HERRERA, B. "Os órgãos ambientais estão sofrendo uma pressão evidente da agenda desenvolvimentista". EPSJV Fiocruz, 2012. Entrevista concedida a Maíra Mathias. Disponível em: < <http://www.epsjv.fiocruz.br/index.php?Area=Entrevista&Num=44> >. Data de acesso: 19 de setembro de 2012.

LATOUCHE, Serge. Vida, muerte y resurrección de un concepto. In ----. **Sobrevivir al desarrollo**. De la descolonización del imaginario económico a la construcción de una sociedad alternativa. Barcelona: Icaria, 2007.

LIRA, Luiz (coord.). **Diagnóstico Socioeconômico da Pesca Artesanal do Litoral de Pernambuco**. Recife: Instituto Oceanário de Pernambuco: Departamento de Pesca e Aquicultura da UFRPE, 2010.

MACHADO, Thiago Adriano et al. Os espaços de fluxos e novas materialidades: o Porto de Suape-PE. **Anais** do XII Encontro de Geógrafos de América Latina, Montevideu: 2009.



MANIFESTO DE REPÚDIO pelo assassinato dos pescadores da AHOMAR. Disponível em: <<http://global.org.br/programas/manifesto-de-repudio-pelo-assassinato-dos-pescadores-da-ahomar/>>. Acesso em 29 jun 2012.

MEDEIROS, Aristófanés Dantas de. Fatores intervenientes na competitividade dos portos brasileiros: um estudo de caso no nordeste. **Dissertação** do mestrado em Ciências de Engenharia em Produção. Natal: UFRN, 2005.

MÉSZÁROS, Itsvan. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2011

MOREIRA, Ruy. Marxismo e geografia: A geograficidade e o diálogo das ontologias. Revista **GEographia**. Ano 6, Nº11, Niterói, 2004.

O GLOBO. Maricá terá megaporto de R\$5 bilhões até 2015. Disponível em: <<http://www.aarffsa.com.br/noticias4/14011224.pdf>> Acesso em 9 abr. 2012.

OSAVA, M.. Pescadores do Rio de Janeiro a caminho da extinção. Julho de 2012. In: **Envolverde** Jornalismo & Sustentabilidade. Disponível em <<http://envolverde.com.br/ips/inter-press-service-reportagens/pescadores-do-rio-de-janeiro-a-caminho-da-extincao/>>. Acesso em: 12 de setembro de 2012.

PERNAMBUCO – Complexo Industrial Portuário – SUAPE. Disponível em: <www.suape.pe.gov.br> Acesso em 9 abril 2012.

PORTAL Marítimo. Disponível em: <<http://portalmaritimo.com/2012/05/02/ponta-negra-petrobras-estuda-possivel-participacao-nos-terminais/#more-22694>>. Acesso em 20 jul. 2012.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **A globalização da natureza e a natureza da globalização**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas**. Colección Sur Sur, CLACSO, Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

RIO de Janeiro, Governo do estado do Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeconteudo?article-id=746306>> Acesso em 9 abr. 2012.

RIO de Janeiro. Rio terá porto do pré-sal avaliado em R\$5,4 bilhões. Disponível em: <<http://www.rj.gov.br/web/sedeis/exibeconteudo?article-id=746306> > Acesso em 19 jul. 2012.

Rio+20 em questão. COMPERJ: A morte da pesca artesanal na Baía de Guanabara. Disponível em:



<<http://movimentossociaisriomais20.wordpress.com/2012/07/05/comperj-a-morte-da-pesca-artesanal-na-baia-de-guanabara/>>. Acesso em 5 jul. 2012.

SALVIANI, Roberto. **As Propostas para Participação dos Povos Indígenas no Brasil em Projetos de Desenvolvimento Geridos pelo Banco Mundial: um Ensaio de Análise Crítica.** Dissertação de Mestrado em Antropologia Social, PPGAS-Museu Nacional, 2002.

SILVA, Luiz Geraldo. **Caiçaras e Jangadeiros: Cultura Marítima e Modernização no Brasil,** São Paulo, Nupaub, 1993.

SILVEIRA, Karla Augusta. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo Industrial Portuário de Suape, Pernambuco. Dissertação** de mestrado do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife: UFPE, 2010.

SILVEIRA, Pedro (org.). **Reservas extrativistas e pesca artesanal: etnografia do campo socioambiental em Pernambuco – Relatório final de pesquisa.** Recife: FUNDAJ, 2011.